

O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) E SUA IMPORTÂNCIA NO PLANEJAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: análise sobre a elaboração do documento e a participação da família.

Maria Leane dos Santos¹
Luciana Dantas Mafra²

RESUMO

Esse artigo trata sobre a análise da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), realizado em uma escola da rede pública de ensino, localizada no interior do Estado do Rio Grande do Norte. A elaboração e implementação do PEI propõe ao estudante com deficiência, uma metodologia direcionada às suas especificidades trazendo contribuições importantes para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. O intuito desse estudo é compreender como o PEI é desenvolvido, quem participa desse processo, o diálogo entre a família e a escola e quais as contribuições para a inclusão escolar. Para isto, fizemos uso de dois planos (PEI's) elaborados a partir das especificidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A educação Inclusiva busca maneiras de superação das barreiras que impedem a efetivação de um ensino de qualidade, e os respaldos documentais firmam a nossa análise através das Leis que garantem a acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito escolar inclusivo, como a Lei nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015; O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, e a Constituição Federal de 1988. Os resultados apontam a construção do Plano Educacional Individualizado, um documento que se concretiza como uma ferramenta de potencial para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos de acordo com as suas particularidades; é este plano que direciona o processo de ensino e aprendizagem, considerado como conjunto de ações, metodologias e recursos específicos, que devem ser construídos e reconstruídos conforme a aprendizagem e a necessidade do estudante. O PEI acaba por contribuir de forma significativa para a construção de uma prática educativa sob a perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Elaboração do PEI. Atendimento Educacional Especializado.

Data de submissão

Data de aprovação

¹ Licenciatura em Letras pela UERN. Artigo de conclusão da especialização em atendimento educacional especializado (AEE) pela UFERSA.

² Doutora em Ciências Sociais. Professora da UFERSA, Departamento de Letras e Ciências Humanas.

Introdução

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que foi aprovada em 2008, garante a matrícula dos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou altas habilidades nas escolas regulares do Brasil e também prevê o atendimento às suas necessidades educacionais especiais de forma integrada à proposta pedagógica da escola.

Como auxílio para garantir esse direito, temos O Plano Educacional Individualizado (PEI), que é definido como um documento elaborado pelo professor a partir do diagnóstico avaliativo de um aluno identificado com necessidade educacional específica. Essa avaliação será feita pelo professor com a colaboração dos professores da sala de aula regular e da família para levantamento das necessidades, conhecimentos prévios, potencialidades e habilidades de alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação ou com dificuldades de aprendizagem.

Em alguns países como Estados Unidos, França, Itália e Portugal, o PEI é amplamente utilizado, nesses países existem legislações que garantem a elaboração e a aplicação desse documento para todos os alunos que possuem deficiência e apresentam necessidades educacionais específicas (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

Na Itália e nos Estados Unidos – sendo o segundo o pioneiro na legislação e utilização deste instrumento - o PEI tem o foco na vida escolar do aluno e deve conter objetivos de aprendizagem considerando aspectos acadêmicos, sociais, laborais e comportamentais de forma colaborativa entre a escola, pais, outros profissionais da saúde e da educação e, quando possível, o próprio aluno (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018). Na França, o PEI abarca questões de vida cotidiana, questões médicas e psicossociais, bem como educacionais (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

Ainda que a legislação brasileira referencie o termo Plano Educacional Individualizado, recomenda-se a utilização de um planejamento individualizado para os estudantes com deficiência incluídos na escola, através das diversas leis que preveem o direito ao atendimento educacional individualizado, como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) (OLIVEIRA,2017).

Conforme enfatiza Oliveira (2017) o PEI cumpre o papel de planejar, desenvolver e avaliar ações específicas para o estudante com necessidades educacionais específicas. Para além do público alvo da educação especial deve também ser proposto para aqueles que apresentam transtornos funcionais específicos, como a dislexia, a discalculia, o TDAH (MARIN; MARETTI, 2014) caso requeiram uma intervenção com ações individualizadas.

Desse modo o Plano Educacional Individualizado não deve ser considerado um laudo médico, mas uma ferramenta de planejamento pedagógico, de apoio e de acompanhamento do desenvolvimento do aluno. Sendo de responsabilidade pela sua elaboração o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE); no entanto o PEI deve ser uma construção coletiva, do planejamento e de sua aplicação envolvendo todo o espaço escolar como, gestores, colaboradores e professores da sala de aula regular.

O PEI exerce um papel crucial na promoção da inclusão ao distinguir a abordagem educacional que garante que cada aluno tenha a oportunidade de participar de todo o processo de aprendizagem, reconhecendo as necessidades particulares e respeitando a singularidade de cada indivíduo sendo perceptível o respeito a diversidade, valorizando a inclusão, colaborando não apenas para o êxito acadêmico e a promoção de um espaço escolar que estima e celebra as diferenças, como também para a construção de um futuro educacional mais inclusivo e equitativo. O objetivo geral de nossa pesquisa foi o de analisar a elaboração do PEI e suas contribuições no processo de aprendizagem e no contexto familiar; e os objetivos específicos foram verificar a elaboração de dois PEI's, identificar a participação da família na elaboração dos planos e analisar sua importância no processo de aprendizagem.

O Plano Educacional Individualizado – PEI

O plano educacional individualizado é o planejamento e o acompanhamento de um conjunto de ações específicas para um determinado aluno que apresenta alguma deficiência, utilizado na rotina da escola para melhorar a educação sendo importante adequá-lo às propostas e às possibilidades pedagógicas e cognitivas daqueles que apresentam qualquer necessidade educacional específica. Por meio

desse documento é possível individualizar e personalizar os processos de ensino (MARIN et al, 2013) já que nele são registradas todas as ações necessárias para que o educando aprenda e se desenvolva.

O PEI não deve ser elaborado apenas pelos professores, mas deve ser formulado em equipe, em um trabalho colaborativo por meio dos diferentes sujeitos da escola, além da família e do aluno, quando for possível sua participação (MASCARO; REDIG, 2016). Nesse aspecto, é fundamental a participação dos vários atores que auxiliarão a escola a ter um olhar sobre o aluno nos seus diferentes contextos de vida, como também os especialistas extraescolares, os quais realizam ou já realizaram atendimento ao aluno a quem será direcionado o PEI.

Segundo Sacks e Halder (2017) o PEI pode ser visto como um “contrato” no qual os membros da equipe escolar (professores, gestores e coordenadores) explicitam o que será desenvolvido com o estudante e asseguram que será executado o que foi definido. O objetivo da elaboração do PEI é melhorar o ensino e a aprendizagem, bem como o “desenvolvimento de habilidades e atitudes que favoreçam a inclusão acadêmica, social, e até laboral” (BRAUN; VIANNA, 2011, p.32).

Partindo da realização do diagnóstico o PEI inicia-se a partir dessa coleta de dados para conhecer a fundo o estudante e seu entorno, mapear suas potências e as barreiras para sua aprendizagem. O primeiro contato deve ser com a família, para obter todas as informações do aluno em seu contexto e rotina fora da escola, como também as informações relacionadas ao uso de tratamento clínico por meio de medicamentos, considerada uma ação de responsabilidade do professor do AEE para que este repasse para o setor de orientação da escola para gerar um relatório circunstanciado onde o aluno será acompanhado pelos demais professores e a coordenação pedagógica.

A Relação do PEI com a Aprendizagem

O PEI é caracterizado pela sua flexibilidade já que ele é um documento sujeito a revisões e avaliações, sempre que necessário, para o bom desenvolvimento do aluno, “[...] tendo como característica ser um planejamento individualizado, sendo periodicamente revisado e avaliado” (MARIN et al, 2013, p. 41).

Trabalhar o PEI promove avaliações sistematizadas que proporcionam elencar metas prioritárias que direcionam o alcance de um objetivo específico para o aluno. Segundo Mascaro (2017) podemos dizer que os objetivos a serem trabalhados podem ser os mesmos do seu grupo de referência/ano escolar; o que modifica, a partir da aplicação do PEI, são as metas a serem atingidas pelo aluno. Sendo que o objetivo é aquilo que o aluno deverá alcançar, e a meta refere-se à quando e quanto daquele objetivo o aluno conseguirá desenvolver.

Acreditamos assim que seja de grande importância para qualquer aluno com deficiência, a construção e aplicação do Plano Educacional Individualizado, pois a instituição de ensino deve incluir seus alunos de acordo com suas especificidades, pensando em suas habilidades, suas capacidades e tornando a sala de aula um lugar de todos, de construção de saber e equidade de ensino. A inclusão escolar propõe que não é o aluno quem deve se adaptar à escola, mas sim, que é a escola que deve se adaptar às diversas formas de aprender (MENDES; SILVA; PLETSH, 2011).

A participação da família na elaboração do PEI

A Constituição Federal de 1988 define em seu artigo 205 que “a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, garantindo, no artigo 208, o direito ao atendimento educacional especializado.

A partir dos aspectos legais mencionados destacamos a importância do papel colaborativo da família no processo de construção social do indivíduo. A escola deve dialogar com a família sobre o PEI, e após o consenso e autorização da família, deve-se discorrer sobre o funcionamento desse plano como: durabilidade, o processo de reavaliação caso o aluno apresente necessidade de reestruturação no planejamento.

O estudo de Tucker e Schwartz (2013) relata que a informação dos pais no processo do PEI é um componente fundamental para a criação de uma parceria colaborativa, pois quando os pais são muito envolvidos, o professor também tem maior engajamento com aqueles estudantes e o trabalho em conjunto favorece o professor reconhecer com maior facilidade as dificuldades do aluno para assim auxiliá-lo em sua vida escolar.

O diálogo e a comunicação com a família do aluno que necessita de atendimento educacional especializado são tarefas a serem compartilhadas visando uma complementaridade ao trabalho dos profissionais que realizam o atendimento. As vivências e as experiências extraescolares são suportes que direcionam o processo formativo educativo ao buscarmos a compreensão da interface entre família e escola no âmbito da inclusão escolar.

A escola também reflete com a família no caso de pessoas com deficiência que fazem tratamento clínico por meio do uso de medicações, e em algumas situações esse tratamento pode chegar a ser suspenso, diante do quadro de melhora no comportamento ou no aprendizado.

Metodologia

Esse trabalho foi realizado sob o olhar da pesquisa documental, sobretudo quando buscou fundamentar-se nas leis que tratam sobre o PEI e o direito à educação inclusiva e ao analisar dois documentos PEI relativos a duas crianças que estão dentro do transtorno do espectro do autismo em uma escola da rede pública do estado do Rio Grande do Norte. Os nomes dos alunos descritos nos planos foram preservados enquanto mantivemos sua estrutura original e elaboração pelos professores.

A pesquisa documental na área da educação no Brasil envolve uma análise sistemática de documentos como leis, diretrizes curriculares, planos educacionais, documentos oficiais de políticas públicas, relatórios governamentais, projetos pedagógicos, registros institucionais e textos acadêmicos, entre outros. Esses documentos são fontes primárias que fornecem evidências sobre a evolução histórica, as práticas pedagógicas e as políticas educacionais no país. Ao analisar esses documentos, o pesquisador busca compreender como as ideias e diretrizes educacionais foram formuladas, inovadas ou modificadas ao longo do tempo, e como essas práticas refletem ou influenciam as realidades socioeconômicas e culturais do Brasil. A análise documental permite identificar padrões, contradições, avanços e retrocessos nas políticas educacionais, bem como compreender as influências de contextos políticos, sociais e econômicos na formulação dessas políticas. Essa abordagem de pesquisa é fundamental para construir um conhecimento profundo e contextualizado das práticas educacionais, permitindo que

os pesquisadores realizem análises críticas que possam subsidiar a formulação de políticas mais justas e eficazes.

Para a realização desta análise documental, utilizamos dois Planos Educacional Individualizado (PEI's) e as Leis que asseguram a inclusão escolar como: A Lei nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015; O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, e a Constituição Federal de 1988, não sendo possível a realização de entrevista e aplicação de questionário para os profissionais da escola e familiares dos alunos que compõem os Planos (PEI's) fornecidos para a realização dessa análise. Utilizamos pseudônimos ao invés dos nomes reais dos alunos atendidos pelo AEE por solicitação da escola que preza pela integridade física e moral das crianças e por consequente assegura o direito da família que não autoriza o uso da identificação das pessoas com deficiência menores de idade que figuram nos documentos aqui apresentados.

Os documentos analisados foram disponibilizados pela coordenação pedagógica da escola, que são dois PEI's, de dois alunos do ensino fundamental de tempo integral (6º ano), com caracterização do aluno 1 (A1) e para o segundo aluno 2 (A2). A1 tem 17 anos, possui transtorno do espectro autista (TEA) suporte 3 e não vai à escola regularmente. A2 tem 12 anos também possui transtorno do espectro autista (TEA) suporte 2 e vai à escola regularmente. A escola pertence à rede estadual de ensino localizada no interior do Estado do Rio Grande do Norte, na cidade de Lucrécia possui sala de recursos multifuncionais com profissionais especialistas no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Analise dos dados

Modelo de Plano Educacional Individualizado utilizado pela escola.

Dados do aluno:

Nome:

Data de Nascimento:

Pais / Responsáveis:

Dados da escola:

Ano/ Série

Período de execução do PEI:

Prof. da Educação Especial:

Prof. do AEE:

Prof. da classe regular (todos)

Frequência semanal AEE:		Tempo de atendimento:		Organização do atendimento:			
Outros profissionais envolvidos:		Orientações e sugestões pela família:					
Componente Curricular: (distribuído os mesmos quesitos para cada disciplina específica).							
Unidade Temática	Objeto do Conhecimento	Objeto do conhecimento para o aluno do AEE	Habilidades Para a turma	Habilidades para o aluno do AEE	Facilitador Da aprendizagem	Metodologia Recursos didáticos	avaliação

Fonte: fornecido pela escola

O Plano Educacional Individualizado do aluno (A1), elaborado pela professora do AEE, com tempo estimado para um bimestre letivo para ser desenvolvido com o apoio da sala de recursos multifuncional onde o aluno deve frequentar duas vezes por semana, em atendimento individual durante 50 minutos em cada atendimento. Durante o período o aluno também recebe o serviço de outros profissionais como: fonoaudiólogo, terapia ocupacional, psicólogo, além do atendimento no Centro de Reabilitação Infantil – CRI.

Em contexto curricular, identificamos o diálogo e parceria entre as entidades educativas como: secretaria de educação do estado, diretoria regional de educação e cultura (DIREC), e a família do aluno. Os recursos metodológicos utilizados são possíveis adaptações que facilitem o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Sobre a participação da família o plano enfatiza a presença familiar em reuniões de diálogo para reforçar a importância da frequência do aluno no espaço escolar, identificamos também as informações no contexto social do aluno, sobre os cuidados alimentares e a necessidade do acompanhamento durante todo o percurso dentro da escola.

No registro avaliativo percebemos a necessidade de reorganização e adaptação do plano, visto que o aluno por diversas vezes não consegue alcançar o propósito de aprendizagem estimado, mesmo sendo plausível por justificativas que fazem parte da rotina do aluno, pois o mesmo faz uso de diversas medicações e passa por processos de readaptações, sendo notório que o aluno não frequenta a

escola todos os dias, e quando consegue ir à escola, não frequenta o horário integral.

O Plano Educacional Individualizado do aluno (A2), também elaborado pela professora do AEE, com tempo estimado para um bimestre letivo, para ser desenvolvido com o apoio da sala de recursos multifuncional onde o aluno deve frequentar duas vezes por semana, em atendimento individual durante 50 minutos em cada atendimento. A família apresenta contribuições sobre o contexto social do aluno, onde o mesmo faz restrições ao barulho sonoro por identificar sensibilidade, há também advertência sobre um alimento específico.

Para a análise do contexto curricular identificamos a participação do aluno nas atividades tanto coletivas quanto com o uso de recursos didáticos utilizados pelos demais alunos da turma. Também existe o atendimento individual na sala de recursos multifuncional, porém, no quesito avaliativo não constatamos se o aluno consegue lograr êxito no alcance da aprendizagem, visto que o item apresenta apenas os objetivos propostos.

Considerações finais

Para estabelecer um ambiente inclusivo que potencialize o aprendizado de alunos com deficiência é indispensável refletir sobre a prática docente, e todo o contexto onde se insere a pessoa com deficiência, considerando necessariamente, a elaboração do planejamento de atividades e as habilidades do contexto escolar que proporcionem aos estudantes, estilos e tempos de aprendizagem.

A legislação retrata tanto a função da escola quanto da família diante da Educação Especial, e que mesmo diante dos desafios a escola não tem paralisado suas ações e cada vez mais tem buscado melhorar o serviço de Atendimento Educacional Especializado, bem como a relação com a família.

Desse modo, propusemos nesse artigo compreender o elo que contribui com o processo de elaboração do plano educacional individualizado entre família e toda a comunidade escolar, e assim destacamos que a participação da família é fundamental e indispensável, sendo essas informações contextualizadas da vida social do aluno o alicerce para a construção do plano. A parceria entre família e escola deve prevalecer em todos os aspectos do processo de aprendizagem do

aluno, fortalecendo também os vínculos confiáveis que o aluno necessita para se fazer presente no espaço escolar.

Os resultados dessa análise indicaram possibilidades e desafios para o planejamento da inclusão escolar de dois alunos com TEA, especificamente com a implementação da metodologia de trabalho com o PEI. Consideramos que há necessidade de continuidade desse estudo, visando à aplicação em mais escolas, para agregar evidências com relação às contribuições do PEI no trabalho colaborativo entre os professores e a família, e conseqüentemente, na inclusão de estudantes com deficiência no contexto educacional brasileiro. São necessários estudos futuros que indaguem como a adoção de um PEI pode auxiliar na organização de práticas de ensino mais efetivas que possam impactar positivamente no desempenho de um estudante com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira. **Ações inclusivas no âmbito do IF sudeste MG: um processo em construção**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. **Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar**. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise (Orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p.49-64.

MARIN, Márcia; MARETTI, Márcia. Ensino Colaborativo: **Estratégias de Ensino para a inclusão Escolar**. Seminário internacional de inclusão escolar: práticas em diálogo, 1. 2014, Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

MENDES, Geovana M. L., Fabiany Silva, and Márcia Pletsch. 2011. **“Atendimento Educacional Especializado: Por entre políticas, práticas e currículo - Um Espaço-tempo de inclusão?”**. Revista Contrapontos 11: 255-265.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230076, 2018.

TUCKER, V.; SCHWARTZ, I. S. **Parent's perspectives of collaboration with school professionals: barriers and facilitators to successful partnerships in planning for students with ASD**. School Mental Health, v. 5, p. 3-14, 2013